



Processo nº 10183.724483/2012-36
Recurso Voluntário
Resolução nº 2003-000.098 – 2^a Seção de Julgamento / 3^a Turma Extraordinária
Sessão de 22 de agosto de 2023
Assunto CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA
Recorrente GERALDO JOAO DA COSTA
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso Voluntário em diligência à Unidade de Origem, para que a unidade de origem informe acerca da apresentação de DIRF retificadora pela fonte pagadora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Lojistas de Vestuário e Confecções de Cuiabá, ajustando os rendimentos pagos ao contribuinte no ano- calendário de 2010, bem como certifique se houve recolhimento do IRRF sobre os rendimentos pagos, trazendo aos autos o respectivo relatório de resumo de consulta de pagamentos, caso existente. Após, intime o contribuinte do resultado da diligência para, querendo, se manifestar no prazo legal.

(documento assinado digitalmente)

Ricardo Chiavegatto de Lima - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Wilderson Botto - Relator(a)

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cleber Ferreira Nunes Leite, Rodrigo Alexandre Lazaro Pinto, Wilderson Botto, Ricardo Chiavegatto de Lima (Presidente).

Relatório

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida (fls. 44/47):

O contribuinte acima identificado insurgiu-se contra o lançamento consubstanciado na Notificação de Lançamento de folhas 03 a 07, relativa ao ano-calendário 2010, que apurou crédito tributário total de R\$ 7.061,80.

Motivou o lançamento a constatação de **dedução indevida de imposto retido na fonte, na monta de R\$ 5.353,58, relativo aos valores recebidos da fonte pagadora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Lojistas de**

Vestuário. Também foi apurada **omissão de rendimentos recebidos a título de resgate de contribuições à Previdência Privada.**

Inconformado, o interessado apresentou impugnação tempestiva, alegando, em síntese, que **não concorda com a glosa de imposto retido na fonte efetuada pela fiscalização, pois sofreu a retenção de imposto de renda sobre os rendimentos recebidos.**

Para instruir sua impugnação, anexou os documentos de folhas 09 a 10, quais sejam, cópia de DIRF e comprovante de rendimentos anual.

A decisão de primeira instância, por unanimidade, manteve o lançamento do crédito tributário exigido, encontrando-se assim ementada:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2011

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.

Considera-se não impugnada a matéria com a qual o contribuinte concorda ou que não tenha sido expressamente contestada.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. COMPENSAÇÃO.

Somente pode ser restabelecido o imposto de renda retido na fonte declarado pelo contribuinte e glosado pela autoridade fiscal, quando ficar comprovada a retenção e o pagamento, no caso de acionistas, diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Cientificado da decisão em 16/09/2013 (fls. 43), o contribuinte, em 15/10/2013, interpôs recurso voluntário (fls. 145/149), alegando, em apertada síntese, preliminarmente, ser parte ilegítima para compor o polo passivo da presente demanda, visto que sua obrigação consiste apenas em abater os recolhimentos feitos, cuja obrigação tributária principal compete exclusivamente à fonte pagadora. Cita jurisprudência judicial neste sentido. Alega ainda que a fonte pagadora efetuou a retificação da DIRF, bem como promoveu os pagamentos devidos, ao teor das guias DARF e da DCTF ora anexadas. Registra também que quitou os débitos de previdência privada, portanto estão os mesmos extintos, tornando sem motivo a cobrança no particular. No mérito, reafirma que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto retido compete exclusivamente à pessoa jurídica, não podendo assim ser penalizado por ato que não deu causa ou por omissão da fonte pagadora. Requer, ao final, o cancelamento do débito fiscal reclamado.

Instrui a peça recursal com o documento de fls. 151/152.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Wilderson Botto – Relator

O recurso é tempestivo e atende os demais requisitos de admissibilidade.

O litígio recai sobre a compensação indevida do imposto de renda retido na fonte, no valor de R\$ 5.353,58, decorrente do procedimento de revisão da DAA/2011, por falta de comprovação do efetivo recolhimento por parte da fonte pagadora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Lojistas de Vestuário e Confecções de Cuiabá, da qual era diretor, buscando,

por oportuno, nessa seara recursal, obter nova análise do processado, no sentido do afastamento da glosa operada.

Alega na peça recursal (fls. 145), que a fonte pagadora, após observar o erro cometido e em tempo hábil, apresentou DIRF retificadora **efetuando os respectivos recolhimentos**, relacionando os anexos/documentos comprobatórios de suas alegações.

Todavia, constato que a peça recursal, embora trazendo o índice dos anexos relacionados (fls. 150), não se encontra instruída com os respectivos documentos citados. Observo também que a unidade de origem, por meio de termo de desentranhamento (fls. 154), certificou o intervalo de páginas excluído sob a justificativa “*sem data de protocolo*”, cuja exclusão ocorreu em 16/10/2013, mesma data em que foi registrada a solicitação de juntada do recurso voluntário tempestivamente protocolizado em 15/10/2013 (fls. 145/152).

Portanto, sob pena de injustiça fiscal, e constatando que a prova documental alegada não se encontra carreada aos autos, torna-se imperioso saber, de fato, se houve o recolhimento do IRRF pela fonte pagadora, inclusive com retificação da DIRF como noticiado na peça recursal, cujas informações entendo ser de suma importância ao deslinde da controvérsia instaurada.

Conclusão

Ante o exposto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência para que a unidade de origem **informe** acerca da apresentação de DIRF retificadora pela fonte pagadora Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Lojistas de Vestuário e Confecções de Cuiabá, ajustando os rendimentos pagos ao contribuinte no ano-calendário de 2010, bem como **certifique** se houve recolhimento do IRRF sobre os rendimentos pagos, trazendo aos autos o respectivo relatório de resumo de consulta de pagamentos, caso existente. Após, **intime** o contribuinte do resultado da diligência para, querendo, se manifestar no prazo legal.

(documento assinado digitalmente)

Wilderson Botto